CASOS DE POLÍTICA INTERNACIONAL – CHINA, INDIA, AZERBAIJÃO E BELARUS.

Paulo Antônio Pereira Pinto[1]

Santa Vitória do Palmar, Rio Grande do Sul, em 07.06.2023

PROPOSTA: Quando se analisam relações internacionais, acredito, existem três "tempos" que podem ser considerados: o "jornalístico", que visa a notícia do momento; o "acadêmico", que avalia os aspectos mais didáticos da questão; e o "estratégico", que busca o interesse nacional na evolução do assunto. Procuro, na exposição, a seguir, adotar a terceira opção, utilizando um "olhar diplomático" sobre casos que vivenciei durante missões cumpridas na China, Índia, Azerbaijão e Belarus. Seguirei, basicamente, o publicado em meu livro "Casos de Política Externa".

I

No Rio Grande do Sul, entre 2012 e 2014, período durante o qual exerci as funções de Chefe do Escritório de Representação do

---

[1] Diplomata aposentado. Foi Embaixador em Minsk, Belarus, entre 20215 e 2019, Chefe do Escritório de Representação do MRE no RS, entre 2012 e 2014. Serviu, anteriormente, como Embaixador em Baku, Azerbaijão, entre 2009 e 2012 e Cônsul-Geral em Mumbai, entre 2006 e 2009 e, a partir de 1982, durante vinte anos, na Ásia Oriental, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura, Manila e Taipé. Na década de 1970 trabalhou, na África, nas Embaixadas em Libreville, Gabão, e Maputo, Moçambique e foi Encarregado de Negócios em Pretória, África do Sul.

Foi aluno do Colégio Militar de Porto Alegre, entre 1962 e 64.

Entre 2001 e 2004, quando exerceu as funções de Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé, ocupou-se da repatriação do menino gaúcho Iruan, que fora "sequestrado" por seus parentes taiwaneses. Vide livro "Iruan nas Reinações Asiáticas", Editora AGE, Porto Alegre, 2004.

Ministério das Relações Exteriores em Porto Alegre, fui apresentado à narrativa de “casos” gaúchos e à forma como são contados. Engraçados ou tristes há uma fórmula para que sejam apreciados. Têm que transmitir emoção, demonstrar vontade e, principalmente, provocar certa dose de suspense.

Qualquer que seja o desfecho da história é sempre bom ter aquelas pausas dramáticas ou então aumentar um pouco mais o “causo” para que os ouvintes se satisfaçam.

Nos casos que relato no livro, há semelhanças com os “causos” gaúchos, pela referência a regionalismos, em diferentes partes do mundo, como na China e sua província formosina, e a figuras típicas, principalmente no que diz respeito ao Cáucaso.

Não acredito, contudo, que estes possam ser contados por mim, ao redor de um churrasco, com pessoas tomando chimarrão, na forma que se come carne e se toma chá ao Sul do Brasil. Tampouco me imagino despertando a atenção de pessoas que lidam com gado, assumindo, eu, aquela postura cheia de pompa. Meu estilo – não tem jeito de mudar – é aquele de conversa em bar das praias cariocas.

De qualquer forma, servir como diplomata em partes remotas do planeta foi, para mim, satisfação enorme, pela descoberta de histórias peculiares, em diferentes locais do planeta, ora contadas por ventos, furacões, terremotos, tsunamis ou situações de conflito, que varrem diferentes regiões do mundo, ora narradas em prosa e verso no folclore de sua gente.

II

Esforço para melhor entendimento das nações que conheci e impulso para com elas criar formas de interlocução foram minhas principais aspirações, como diplomata, a partir de 1976.

Em 1982, iniciei périplo asiático, ao chegar a Pequim, no início do processo de abertura da China para o exterior. Nas duas décadas seguintes, tive oportunidade de servir na região de influência cultural chinesa, ou permanecer envolvido com assuntos da área, no cumprimento de funções em Brasília.

Os exercícios de reflexão que narro a seguir pretendem ser uma coleta de "casos de política internacional", com os quais me deparei, até 2019, quando me aposentei. Não pretendo, portanto, apresentar estudos acadêmicos, no sentido de registrar pesquisas de grandes autores, sobre a formação política das partes do mundo onde trabalhei.

Durante o período em que recolhi minhas observações, procurei mapear tendências políticas e identificar atores que a conduziriam. Em retrospectiva, verifico que, por um lado, evoluções políticas não ocorrem necessariamente no âmbito de fronteiras que definem países. Por outro, os atores não são necessariamente os governos, mas, sim, a sociedade que serve e atua como palco e protagonista.

Ademais, as pessoas podem não estar cientes do processo de transformação em curso, durante o qual convivem o velho e o novo, há avanços, resistências, recuos e compromissos. Na prática, acontecem mais consensos do que compromissos. Teorias sobre novos paradigmas regionais surgem e desaparecem, substituídas por

teses geradas fora da região a que se aplicam, sem que sejam necessariamente contrárias, apenas inovadoras.

Como fica, por exemplo, a tese da "revoada dos gansos" tão divulgada nas décadas de 1980 e 1990?

Cabe recordar, a propósito, que, na década de 1980, acreditava-se que o Japão seria o "ganso" líder, em virtude de bem-sucedido processo de desenvolvimento industrial voltado para exportações. Na medida em que seus produtos vendidos ao exterior se tornassem mais sofisticados e caros, os bens de menor valor agregado teriam sua manufatura, gradativamente, transferida para locais vizinhos, na Coréia do Sul, Cingapura, Hong Kong e Taiwan. Estes viriam a tornarem-se novos "gansos" e a formar a tal "revoada" atrás dos japoneses.

O "dragão" chinês, então, não era considerado capaz de ser incluído nesta formação. As justificativas para a decolagem da China, no final do século passado, passaram a ser encontradas em ampla bibliografia sobre a questão de "valores asiáticos". Segundo esta forma de pensar, o "hierático universo confuciano", de origem chinesa, estaria permeando o fenômeno de crescimento da Ásia Pacífico, misturando gansos e dragão numa mesma revoada.

A partir do início do atual milênio, no entanto, o pavão indiano, começa a marcar presença neste já eclético bando de aves, todos símbolos de crescimento econômico. Na Índia, contudo, além do pavão, de pouca autonomia de voo, há abutres, corvos e muitas - muitas mesmo - pombas que, com o comportamento errático idêntico ao dos demais habitantes do país, não obedecem a preceito

confucionista algum. Tornou-se necessário, portanto, criar discurso ou tese, para explicar o alardeado fenômeno de emergência no Sul da Ásia.

Restaria, nesta perspectiva, inserir o “papagaio verde amarelo”, em estratégia para atingir cenário favorável para nosso país.

III

Começo, portanto, com dissertações sobre minha vivência durante a fase de abertura ao exterior da China, no início da década de 1980. Este período é reconhecido como um marco, na história recente da China, quando se deu o processo de abertura do país ao exterior, após a fase turbulenta da Revolução Cultural.

Procuro, a seguir, resgatar ensinamentos da experiência pessoal de ter servido na Embaixada do Brasil em Pequim, entre 1982 e 1985. O exercício de reflexão a seguir é resultado, portanto, mais de conclusões de minha vivência pessoal, do que de trabalho acadêmico.

O Início da Modernização na China

No início da década de 1980, quando cheguei a Pequim, não era possível deixar de sentir uma certa tristeza, pelo fato de que havia sido encerrada, na China, uma Era de convicção poética maoísta. A partir de 1949, acreditara-se que, em benefício do interesse comum da sociedade, centenas de milhões de pessoas poderiam ser levadas a patamar mais elevado do que o egoísmo individual.

A experiência chinesa de busca de uma sociedade igualitária encantara a muitos. Os países do Terceiro Mundo admiravam sua combatividade e autossuficiência. Os economistas ocidentais

registravam o pleno emprego atingido, no campo, e invejavam sua força de trabalho disciplinada, na indústria.

O exercício de observação diário e o aprendizado da realidade do país, no entanto, indicavam que não se vivera na China, nas três décadas anteriores, tantos motivos de encantamento.

Na verdade, perdurara o elitismo e a corrupção entre os dirigentes do partido e do governo. O lento progresso obtido na economia demonstrara não ser tão fácil, desenvolver-se com os próprios recursos, sem a infusão de investimento, tecnologia ou ajuda externa.

Em suas relações internacionais, sabe-se, a República Popular, desde sua fundação, em 1949, havia mantido um vasto exército e milícias armadas e desenvolvido a bomba atômica. A China tivera conflitos com a União Soviética e Índia e fricções com o Japão, com respeito às Ilhas de Senkaku, e com o Vietnã, quanto às Spratlays. Não se tratava, portanto, de país totalmente "amante da paz", conforme se divulgava em Pequim aos visitantes estrangeiros.

No plano interno, na medida em que se conhecia melhor a real situação chinesa, ficavam diminuídos, inclusive, os ganhos considerados, por exemplo, no controle familiar. Havia sido enorme, verificava-se, o custo, em termos de direitos humanos, na proibição de casamentos antes dos 20 anos e obrigatoriedade de apenas um filho por casal.

Não se quer negar, no entanto, as grandes conquistas do período maoísta, nem os feitos do povo chinês. Um país que, na primeira metade do século XX, fora devastado por guerras internas,

encontrava-se, no início da década de 1980, unificado, apesar das crises de liderança resultantes da Revolução Cultural.

Como era possível verificar, a China alimentava e vestia seu povo. Um esforço descomunal fora feito para construir represas, diques e sistemas de irrigação, bem como no sentido da autossuficiência alimentar.

Mas seria isso suficiente? Tais conquistas teriam que ser vistas em perspectiva.

Mao Zedong tornara a "necessidade" em "virtude", como base de sustentação para política de autossuficiência. Em grande parte, tratava-se de reação ao fato de que os soviéticos terem cessado todo e qualquer auxílio, a partir de 1960, levando consigo, inclusive as matrizes de fábricas cuja instalação já havia sido iniciada.

O caráter "anticientífico" das práticas maoístas chegou ao apogeu durante a chamada Revolução Cultural, quando professores e alunos foram obrigados a curvar-se diante da "sabedoria" das massas.

Implícito em tal sistema encontrava-se o pressuposto de que o interesse pela estabilidade político-social deveria prevalecer sobre direitos individuais, tais como a liberdade de opinião ou o de expressá-las.

Tive a experiência de visitar, entre 1982 e 1985, algumas cidades costeiras que vinham adotando o novo sistema de "responsabilidade coletiva". Isto é, até então os meios de produção e, principalmente, a terra eram de "propriedade coletiva", e tudo o que fosse produzido seria entregue ao mercado público. Em troca, os

indivíduos receberiam os bens, alimentos e serviços básicos para sua sobrevivência. Havia escassez, mas não se sofria miséria.

Foi possível ouvir narrativas, por exemplo, de que, durante o período da "Revolução Cultural", cada pessoa receberia uma vestimenta – no estilo "traje de Mao". Esta deveria durar nove anos. Durante os três primeiros, consideraria a roupa nova. Nos seguintes, como boa. Nos finais, adequada. Decorrido este prazo, novo conjunto de calça, jaqueta e chapéu lhe seria distribuído.

Com a nova prática – segundo o ensinado por membro de comunidade agrícola, durante um almoço ao qual compareci, em "fazenda modelo", de cidade costeira da China – tudo continuaria a pertencer à coletividade e entregue ao mercado público.

Pequena faixa de terra, no entanto, poderia ser cultivada individualmente e a produção vendida particularmente. Tal ganho poderia permitir ao camponês comprar sua própria ferramenta. Caso sua produtividade continuasse a aumentar, assim como sua renda, seria possível adquirir, por exemplo, uma segunda enxada. Em seguida, era necessário contratar alguém para operar o outro meio de produção.

Introduz-se, assim, uma forma de relação capitalista, com a exploração do trabalho de um indivíduo pelo outro. E, se este novo empresário vier a comprar grande número de ferramentas, veículos de transporte, lojas – não haveria uma organização de mercado monopolista?

Nesse ponto da conversa com o camponês, o representante da polícia ideológica, que vinha acompanhando o encontro intervém e declara que o governo da República Popular da China garantiria a

manutenção de relações de produção e organização de mercado socialistas. Assunto encerrado. Cabia, então, cessar as perguntas e retornar à degustação do peixe – talvez o mais saboroso que digeri naquele país – com outras iguarias simples, mas bem-preparadas.

Era um processo de reformas, assim cuidadoso, sempre sob o controle de um sistema ainda centralmente planificado, que vinha sendo introduzido na China, na década de 1980. Sua implantação ocorria na agricultura e em versões industriais, nas áreas urbanas. Criavam-se empréstimos bancários e ações de empresas, com lucros sendo distribuídos aos operários.

Pensava-se, então, na gradativa descentralização do planejamento econômico. A planificação continuaria a vigorar nas áreas de infraestrutura e indústria pesada. Nos demais setores, haveria metas e linhas gerais. Fábricas se tornariam empresas independentes, com operários ganhando dividendos e gerentes decidindo, localmente, sobre onde obter matérias primas e a respeito de como e onde os produtos seriam vendidos e a qual preço.

A China, assim, buscava superar o ponto de equilíbrio estabelecido pelo princípio socialista, segundo o qual "de cada um de acordo com suas habilidades e a cada um de acordo com suas necessidades", para novo paradigma – que, segundo a tradição confucionista deveria visar a estabilidade social. Este, contudo, deveria explorar a ganância e desejo por consumo de sua população.

A China tem reiterado, a partir de 2005, a propósito, que sua condição atual de potência emergente deve ser entendida como uma

nova fase histórica, marcada por “ascensão pacífica” do país, destinada a beneficiar seu entorno imediato e relações com o exterior.

A referência a “ascensão” – mesmo que qualificada como pacífica – reforçou, no entanto, a preocupação de setores de opinião mais prevenidos, quanto à noção de que os chineses estariam “almejando a galgar patamares mais elevados”. Os dirigentes de Pequim, então, passaram a divulgar que sua meta é, apenas, um “mundo harmonioso”.

Mas, da mesma forma que aconteceu com a ascensão de outras potências, na História recente, irá a emergência da RPC ameaçar sua vizinhança ou causar instabilidade mundial?

IV

TAIWAN – 1998 - 2006

Narrativas sobre Taiwan, no Brasil, iniciam-se com o registro de que no século XVI os portugueses batizaram a ilha de “Formosa”. Meus casos sobre o período que servi em Taipé, entre 1998 e 2006, portanto, começam com o título de: “Taiwan – existe um futuro formoso para a ilha?”.

“Em Caso de Ataque Aéreo, Permaneça Calmo” – Perplexidades Taiwanesas.

Como “causo”, este é um dos meus preferidos. O fato ocorreu em 2000, por ocasião da posse do primeiro mandato de Chen Shui Bian, como líder dos taiwaneses.

O convite para a cerimônia informava, após os dados sobre lugar reservado e local para estacionamento que, “em caso de ataque

aéreo, permaneça calmo – procure o agente de segurança mais próximo". Isto porque, aquela autoridade que iniciava seu mandato em Taipé havia indicado tendências independentistas de Pequim.

Na condição de Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé, no início do novo milênio, sentei-me no local previsto e, assim como os demais convidados, passei grande parte da longa cerimônia, perplexo, olhando para o céu, na expectativa de que algum míssil punitivo chinês – entre os centenas então apontados pela RPC contra a ilha de Formosa, a quatro minutos de voo – pudesse atingir o estádio onde se realizava o evento.

Hoje, ao refletir sobre o momento em que o Partido Comunista Chinês se reorganiza para governar, durante as próximas décadas, verifico que, a respeito de um cenário futuro favorável ao Estreito de Taiwan – eliminando, portanto, a ameaça de ataque da República Popular da China contra "sua província rebelde" - permanece a necessidade de equacionar as mesmas variáveis de há 23 anos.

Sabe-se que, para os chineses, a reunificação da ilha significará o término de período de humilhações que lhe foram impostas, desde meados do século XIX, tanto pelo ocidente, quanto pelo Japão. Assim, com o retorno já consolidado de Hong Kong e Macau, Formosa será a etapa final no processo de recuperação da soberania sobre todo o "Império do Centro".

Os taiwaneses, de sua parte, encontram-se expostos a sentimento nacionalista crescente. Isto porque, se fortalece a ideia de que, com as conquistas obtidas na ilha, em termos de uma democracia eleitoral consolidada, Taipé adquiriria nova legitimidade para sua

inserção internacional, sem precisar submeter-se aos desígnios de Pequim.

V

Ao término de oito anos e meio servidos em Formosa, fui transferido para a "Boa Bahia" – antigo nome de Bombaim, hoje Mumbai, a maior cidade indiana. Trata-se de um dos melhores lugares do mundo para colher "causos"

"Uma Passagem para a Índia" – ou a Índia pede Passagem.

O livro "Uma Passagem para a Índia" [2] era considerado leitura obrigatória, para os que, até recentemente, procurassem entender os exotismos indianos. Na obra, E.M. Foster descreve sua experiência, na década de 1920, com o desencontro entre dois mundos distintos: o dos ocupantes ingleses e o dos nativos do país.

Ao chegar a Mumbai, em 2006, diante da euforia desenvolvimentista que prevalecia neste maior centro financeiro indiano, me pareceu mais significativo recorrer a expressão típica do Carnaval no Brasil, e descrever que "A Índia pede Passagem". Estava sendo previsto, então, um crescimento de 9% da economia, em 2007. "Índia Poised (A Índia está a postos) – Make 2007 the Year of India" era o "mantra" repetido em anúncios da imprensa escrita e falada e em cartazes expostos nas ruas.

Diante de tais manifestações, criava-se a expectativa, no resto do mundo de que, realmente, estaria sendo criada uma "marca", chamada Índia, destinada a redefinir parâmetros globais.

Tornara-se moda, entretanto, contar com a concorrência indiana em qualquer grande disputa por companhias europeias,

[2] Foster, E.M. – "Uma passagem para a Índia" – Editora "Globo". 2005.

principalmente no setor siderúrgico. Washington e Moscou ofereciam grandes negócios na área de energia nuclear à Índia.

Que tipo de potência, no entanto, estaria a Índia “destinada” a ser?

Do ponto de vista econômico, cabe reconhecer que o país contava, ainda, com 260 milhões de pobres, vivendo com o equivalente a menos de US um por dia. Metade das crianças morria antes dos cinco anos. A infraestrutura lamentável e o ensino deficiente, mesmo considerando os centros de excelência existentes, não facilitavam a inclusão da população rural no processo de crescimento tão alardeado nas áreas urbanas.

Em Mumbai, no entanto, a maior cidade, centro financeiro e comercial, onde residiam cerca de 17 milhões de pessoas, estima-se que a metade vivia em favelas ou nas ruas...

É necessário, portanto, definir de que Índia se fala, quando são feitas projeções de uma potência emergente. Os filmes produzidos em Bollywood não podem ser considerados como representativos do país - são um espetáculo. A riqueza dos casamentos exibidos nas películas e a alegria de suas danças não refletem a realidade da população. O que está sendo projetado no exterior é uma caricatura.

A Índia estaria bem equipada, tendo em vista suas instituições democráticas, a convivência entre distintas culturas, raças, religiões, castas e línguas, proporcionando a convivência entre civilizações antigas e herança artística valiosa.

Quando se dizia que a Índia estava a postos, tratava-se do reconhecimento de que existia um momento psicológico. As pessoas,

então, encontravam-se orgulhosas de serem indianas – pela imagem favorável de seu país, por razões do crescimento econômico.

Na prática, entre as várias realidades indianas, há setores que procuram avançar no sentido que o resto do mundo parece indicar-lhe, com os adjetivos favoráveis que lhe são agraciados.

Esta seria a Índia que se livra de amarras, buscando dinamizar sua gente. Todos os obstáculos, referentes à falta de energia, reformas na agricultura, transportes, saúde, educação e meio ambiente, entre outros, seriam superados. Não haveria mais restrições às compras de bens do exterior. Tratava-se, então, de comprar empresas em outros países.

Longe desta cumplicidade, situam-se camadas mais preocupadas com rupturas bruscas, que venham a romper o frágil equilíbrio social, acomodado pela superposição de sucessivas migrações e imposição de castas.

Para esta Índia, caberia avaliar melhor o limite permitido por esta acomodação social histórica para que se continue a criar expectativas de ascensão das centenas de milhões de pobres, em função, apenas, do desenvolvimento de indústrias de serviço.

Nesta antiga civilização, mas jovem país – independente em 1947 – não existem os entraves impostos, pela força, como acontece na China, por exemplo, no caso de reivindicações consideradas excessivas, pelo Governo central. Na Índia, o “estar a postos” significa um consenso da sociedade civil e, não, uma retórica ditada por um “Grande Líder”. Como reverter processo que faça acreditar ser a riqueza um direito de todos os indianos, é algo difícil de imaginar.

China e Índia – Emergência e Impacto Cultural

A emergência atual da China e Índia é, muitas vezes, analisada apenas na perspectiva da crescente inserção internacional de suas economias, bem como a partir da cobiça quanto ao acesso de centenas de milhões de seus potenciais consumidores à oferta de produtos e serviços estrangeiros.

Tais avaliações estariam mais adequadas ao debate, nas últimas décadas do século XX, quando o processo de globalização começou a prevalecer sobre as economias fechadas e centralmente planificadas.

Sabemos, agora, que a criação de uma economia global e a emergência de novas forças tecnológicas não erodiram culturas e valores locais. Verificou-se, pelo contrário, que, na medida em que as pessoas tiveram acesso a maior informação e educação, suas diferenças culturais se tornaram mais pronunciadas – não menos. Nesse processo, diferentes grupos demonstraram perseguir visões distintas de bem-estar, assim como reagiram de formas agressivas a ameaças perceptíveis a sua dignidade cultural.

Nessa perspectiva, as grandes questões deste novo milênio parecem dizer respeito a: como culturas podem ser adaptadas; como capital social e cultural pode alavancar o desenvolvimento das nações; e como o potencial de conflito destrutivo entre culturas pode ser transformado em saudável competição cultural.

É possível concluir que, na medida em que os seres humanos se apropriam de maior riqueza e educação, suas diferenças culturais se tornam mais pronunciadas – não menos. Nesse processo, diferentes grupos perseguem visões distintas de bem-estar, bem como reagem de formas agressivas a ameaças perceptíveis a sua dignidade cultural.

As pessoas, agora, aparecem menos como indivíduos egoístas, voltados para a satisfação material, e mais como seres inseridos em suas respectivas sociedades.

Melhor direcionamento de foco, no que diz respeito à atual emergência da China e da Índia, deveria levar em conta, portanto, **que o grande desafio do século atual é o entendimento de como as culturas evoluem, adaptam-se ou permanecem estáveis. Que tipos de influência estas alterações exercem no cenário internacional?**

VI

A região ao Sul da Cordilheira do Cáucaso, onde se situa o Azerbaijão, era mais bem conhecida, na Antiguidade Greco-Romana e no auge da Rota das Sedas, do que no mundo atual. Segundo a mitologia grega, foi no alto daquelas montanhas que Zeus mandou acorrentar Prometeu, para que seu fígado fosse comido por abutres, como punição por ter entregado o fogo aos humanos.

Até hoje – e visitei o local – há uma chama eterna que brota do chão, perto de Baku, que seria aquela fogueira inicial. Ao escurecer, adquire um tom azulado. É um prazer observar o fenômeno – entendido, hoje, pela óbvia presença de gás subterrâneo – sorvendo chá com iguarias locais. Imagine-se, no entanto, a popularidade daquele fogaréu todo, inexplicado através dos séculos, favorecendo o surgimento de crenças e credos como os seguidores de Zaratustra, que adoram o fogo.

No auge da Rota das Sedas, que ligava a Europa à Ásia e foi popularizada por Marco Polo, a área hoje ocupada pelo Azerbaijão era grande tema de conversas – segundo consta – nos dois continentes. A parte antiga de Baku preserva muralhas do Século XIV que defendiam

os comerciantes que transitavam, naquela época, com suas caravanas de camelos.

Hoje, o Azerbaijão, quando reconhecido, é identificado por situar-se na “esquina do mundo”.

Especialistas e simpatizantes situam, naquele país, fronteiras entre a Europa e a Ásia, entre o Ocidente e o Oriente, entre o Mundo Cristão e o Muçulmano, entre áreas de influências atuais da Rússia, Irã e Turquia e, na condição de ex-integrante da União Soviética, entre um sistema centralmente planificado e um de economia de mercado.

Azerbaijão – a geopolítica do romance de Ali e Nino

Já se tornou lugar comum dizer que a região ao Sul do Cáucaso, onde se situam Armênia, Azerbaijão e Geórgia, é área de conflitos reais e potenciais, desde a extinção da URSS – a cuja União pertenciam – em 1991. Ademais, afirma-se, os povos desta parte do mundo nunca teriam sido capazes de viver em paz.

Cabe lembrar, contudo, no que diz respeito ao Azerbaijão, causas dos descompassos ora apresentados por este país que deseja ser acolhido pela Europa Ocidental, como parceiro. Segundo a visão de Baku, tais razões podem ser encontradas no fato de que, quando os soviéticos invadiram o país – após seu curto período de vida independente, entre 1918 e 1920 – encontraram um “aparelho de estado” em transição. Conviviam, então, uma estrutura de poder “medieval”, caracterizada por alianças entre tribos e povos nômades, e uma sociedade em busca de nova forma de governança que comportasse as demandas de um capitalismo emergente, em virtude da indústria de exploração petrolífera.

Os conquistadores, vindos da URSS, interromperam este processo de ajuste social e sobre esquemas patriarcais de governança agregaram relações políticas socialistas. Assim, se impuseram sobre o país, até 1991.

O "causo" que escolhi para narrativa sobre o Cáucaso diz respeito, no entanto, a convergências regionais, como as disponíveis no romance Ali e Nino.

Enquanto história de amor, pode ser comparada às maiores de todos os tempos – Romeu e Julieta. À primeira impressão, a narrativa evocaria relação de conflito/acomodação entre Oriente e Ocidente, cristãos e muçulmanos, modernidade e tradição, o masculino e o feminino. O cenário é a capital do Azerbaijão, Baku, cidade multiétnica em véspera da Primeira Guerra Mundial. Ali Khan Shivanshir é um jovem muçulmano xiita, de uma família azeri aristocrata, que se apaixona por Nino Kipiani, uma adolescente natural da Geórgia, país vizinho, de formação cristã, que pratica valores europeus. O amor que dedicam um ao outro será dramaticamente ameaçado pelo espectro da guerra e pelo inevitável abismo cultural e religioso que os separa.

O grande amor entre Ali e Nino é o enredo principal do livro, cujo texto, no entanto, transcende o escopo de um romance. Lida em perspectiva mais ampla e sem recorrer a estereótipos, a história conduz o leitor a uma visita fascinante ao Cáucaso, com suas paixões, guerras e revoluções, honra e desgraça, montanhas, desertos e cidades como Baku. É importante, contudo, ler a obra fora do contexto das oposições entre Ocidente e Oriente. Apenas superficialmente, o livro é sobre a Europa e a Ásia, tampouco é sobre as diferenças entre o Islã e o Cristianismo.

A união entre Ali e Nino não replica processo semelhante, entre a Europa e a Ásia, mas representa a fusão entre duas culturas distintas, que, ao mesmo tempo, se relacionam, no Cáucaso. O livro, ademais, descreve o nascimento de um novo Azerbaijão, durante mais um período turbulento de sua história, com a narração da luta entre vários impérios – russo, persa, turco e britânico - pelo Sul do Cáucaso.

Cabe ressaltar, a propósito, a tensão descrita no livro, entre os amigos do personagem Ali que, inicialmente, se dispuseram a lutar, na Primeira Guerra Mundial, em favor do Tzar russo, conforme haviam feito seus pais e avôs. Quando a Turquia entra no conflito, contra a Rússia, cria-se enorme perplexidade entre tais indivíduos, que se consideram parte dos "povos turcos". A crise de lealdades se agrava, quando a escolha tem que ser feita, entre combater ao lado de russos, contra os irmãos turcos e lutar em defesa do califa da Turquia, que era muçulmano sunita, enquanto os azeris são seguidores do Islã xiita.

Verifica-se, assim, que o romance Ali e Nino é fonte rica em jogadas geopolíticas, durante o século passado. O livro é também um atestado de afirmação da nacionalidade azeri. Isto fica evidente no diálogo final, entre a Ali e seu pai, quando este decide partir do Azerbaijão, para o Irã, diante da ameaça de invasão russa, em defesa de cujo Império ele – o pai – havia lutado. Na ocasião, o personagem mais velho aconselha seu filho **"jovem e corajoso, a ficar e lutar em defesa do novo Azerbaijão, que necessita de seu patriotismo"**.

Ali permanece em Baku e morre lutando em defesa de seu novo país, diante de mais uma investida do poderoso vizinho russo ao Norte. O livro poderia, então, transmitir a conclusão geopolítica de que a história da região ensina que a convivência local entre diferentes

culturas – da mesma forma que o amor entre o Ali muçulmano e a Nino cristã – **não foi impossível por incompatibilidades locais insolúveis. A ameaça à estabilidade ao Sul do Cáucaso tem chegado, principalmente, do exterior**.

Profeticamente – talvez tivesse previsto Zaratustra – o perigo para o Azerbaijão veio, no romance em questão, e continua vindo, da fronteira ao Norte – da Rússia.

VII

No que diz respeito a minha última experiência profissional, na Belarus, cabe assinalar, inicialmente, que suas cidadãs realmente merecerem o título da primeira parte do nome do país. Ademais, ressalto a facilidade de interlocução e de empatia com a população, cujos antepassados recentes tanto sofreram durante a "Grande Guerra Patriótica" e com a crise de Chernobyl. Tratou-se de oportunidade única de observação de área ainda em disputa de influência entre Bruxelas – sede da União Europeia – e Moscou - com o projeto eurasiano do Presidente Putin.

No capítulo quinto, procuro atualizar o conhecimento sobre a importância de país que, quando conhecido, era identificado apenas por ter Lee Oswald morado em Minsk, antes de retornar aos Estados Unidos e assassinar Kennedy.

O Projeto Eurasiano de Putin

Verifica-se, a propósito, que, por trás da ofensiva da Rússia sobre a Ucrânia, há mais do que interesses geopolíticos e econômicos. O Presidente Vladimir Putin estaria sendo influenciado, também, por projeto de "neo euro-asianismo", ideologia nacionalista nascida na década de 1920 e reescrita após o desmoronamento da União Soviética.

Fiel à tradição e aos valores cristãos ortodoxos, a doutrina reúne princípios e ideais distintos dos vigentes no chamado "mundo ocidental".

No artigo "Um novo projeto de integração para a Eurásia; o futuro que nasce hoje", publicado em 04.10.2011, Putin defende a criação de uma União Euroasiática - a partir da fusão de mecanismos de integração existentes e herdados da União Soviética - idealizada como um dos polos de poder no mundo contemporâneo e ponte entre a Europa e a região da Ásia Pacífico.

A teoria reafirma o que qualifica de "identidade russa", nascida da fusão de povos eslavos e de origem turca. A Rússia seria um terceiro continente, situado entre a Europa e a Ásia. Antes de quase desaparecer no século XX, esta linha de pensamento se opunha, tanto ao Ocidente liberal, considerado decadente, quanto aos soviéticos, que baniram o cristianismo ortodoxo da Rússia, assim como seus valores tradicionais.

O presidente russo, então, adotou discurso que ressalta a ideia de "tradição", cara à Igreja Ortodoxa russa, e recusando o multiculturalismo, o feminismo, a homossexualidade e o que chama de "valores não tradicionais" de origem ocidental.

A Rússia se define, agora, como "um modelo civilizacional", contrastando-se com os EUA, que qualifica de poder "revisionista", empenhado em desestabilizar o mundo promovendo mudanças de regime, especialmente no mundo árabe. O Kremlin também vê os EUA como uma fonte de instabilidade no antigo espaço soviético e culpa o Ocidente pela turbulência ucraniana.

Como se sabe, ao convencer o ex-presidente ucraniano Viktor Yanukovich a renunciar à ambição de um acordo de livre comércio com a União Europeia, em novembro de 2013 - evento que detonou o Movimento na Praça da Independência, em Kiev - Putin planejava a inclusão da Ucrânia no novo bloco.

Na prática, a União Euroasiática reconstituiria a maior parte do território da URSS, cujo esfacelamento é considerado por Putin como uma das maiores tragédias do século XX. O objetivo era manter a Ucrânia sob sua influência, fazendo-a participar de seu projeto, não admitindo sua "deriva" em direção ao Ocidente.

A Atração Exercida pela União Europeia

Na região onde se situa a Belarus, o Ocidente tem aumentado sua influência, tanto pela força de seu modelo de governança, quanto pelo enfraquecimento da governabilidade do modelo que prevalecera na Europa Oriental, durante a “Guerra Fria”.

A OTAN, como se sabe, venceu a Guerra Fria, em parte porque conseguiu gastar mais do que o Kemlin, em armamentos, mas também o sistema de economia de mercado provou ser superior ao centralmente planificado.

Outro ingrediente desta vitória teria sido a maior aceitação da "soft power" ocidental, que contrastava a prosperidade e liberdade do "lado capitalista", com o atraso e repressão do socialismo. Como resultado, é sabido, dissolveu-se o cimento totalitário que mantinha unida a União Soviética.

Após a queda do muro de Berlim, em 1989, tendo derrubado os regimes autoritários que as dominavam, nações da Europa Oriental passaram a ter a opção do "Euro-atlanticismo" (em oposição ao euro-asiático, proposto por Moscou, conforme lembrado acima). Este conceito incluiria vantagens como a proteção da OTAN, enquanto exigiria a adoção, por seus novos associados, de formas de governança e de gestão da economia, segundo parâmetros em vigor na Europa Ocidental.

Foi, então, criado o "Eastern Partnership", uma espécie de "sala de espera" para a entrada dos países emancipados da ex-URSS na União Europeia.

Putin, como tem sido divulgado, tem avaliado desfavoravelmente as iniciativas desta "parceria", que entenderia ser perigosa intromissão militar e econômica ocidental próxima a fronteiras russas.

Este "Eastern Partnership", portanto, teria obtido dois resultados adversos: a Rússia sentiu-se provocada; e os parâmetros exigidos para o ingresso de novos membros têm sido elevados demais.

No que diz respeito à Belarus, por exemplo, há dificuldades em avançar no processo de aproximação da UE, em virtude da falta de compromisso de Minsk com reformas no sistema político e judiciário.

Dessa forma, a União Europeia tem mantido regime de sanções à Belarus, alegando a continuidade das violações de direitos humanos e da repressão à atuação da sociedade civil.

CONCLUSÃO

Dedico o livro e a palestra aos pacientes leitores e ouvintes, que, em diferentes lugares, tiveram a paciência de acompanhar as narrativas escritas e faladas de meus “causos”, vividos em regiões peculiares.